

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA TERRA INDÍGENA APINAJÉ

● O PRESENTE DOCUMENTO TEM POR FINALIDADE DESCREVER AS ATIVIDADES E AÇÕES DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA TERRITORIAL REALIZADAS NO PERÍODO DE 07 A 10 DE DEZEMBRO DE 2015 POR INDÍGENAS APINAJÉ, EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI/CTL DE TOCANTINÓPOLIS (TO) E A COMPANHIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA AMBIENTAL DO TOCANTINS-CIPRA.

» Segunda-feira, 07/12/15 no período da manhã o servidor João Cícero Ambrósio, motorista da FUNAI/CTL de Tocantinópolis (TO) conduzindo a camionete da FUNAI partiu rumo às aldeias juntar os 10 indígenas indicados pela Associação União das Aldeias Apinajé -Pempxà para realizar as ações de Monitoramento Territorial conforme os nomes listados abaixo;

» Marcio Xavito Apinagé, Carlos Tepkrut Fernandes (chefe da Equipe de Monitoramento), Jonson Pereira Apinagé, Wallison A. Ribeiro Apinagé, Felipe Kajró Krikati, Carlos P. da Silva Apinagé, Robson de Sousa Apinagé e Mauro de Sousa Apinagé, (que foi no lugar de Antônio Veríssimo da Conceição). Por motivos não esclarecidos faltaram 02 indígenas dos 10 que tinham sido indicados.

» Nesse mesmo dia 07/12/15, após reunir os (08) oito indígenas, partimos rumo à localidade Veredão onde existe o Posto de Vigilância (desativado) da FUNAI. Durante nosso deslocamento rumo ao Veredão, na cidade de Luzinópolis (TO), tivemos uma pequena avaria na camioneta. A goifa que é uma peça de borracha que fica perto da roda apresentou problemas e um pneu furou. Após recorrer a uma borracharia, o pneu foi recuperado, mas a citada peça de borracha (goifa) não foi reparada. Avaliamos que essa falta de conserto (possivelmente) poderia causar futuros danos à camioneta.



BARRACAS NO ACAMPAMENTO DOS SEM TERRA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TOCANTINS. (FOTO: CARLOS TEPKRUT FERNANDE. DEZ. 2015)

» Ainda durante a nossa viagem, no trajeto pela (antiga transamazônica) BR 230 próximo à aldeia Palmeiras constatamos muitos rastros (possivelmente) de caçadores adentrando a área indígena, em razão do horário avançado ficamos impossibilitados de ir atrás para averiguar. Também no município de São Bento do Tocantins próximo ao Balneário, que fica na divisa da área indígena verificamos um acampamento com várias barracas de palhas e lonas plásticas levantadas e muitas pessoas no local. Pelas características do acampamento percebemos tratar se de famílias Sem Terra que perambulam pela região em buscas de terras.

» Em razão da proximidade com o núcleo urbano da cidade de São Bento do Tocantins, esses locais sempre são invadidos por moradores locais. Porém agora por falta de Monitoramento e Fiscalização Permanente essa parte da área Apinajé está atraindo também famílias Sem Terras e pessoas vindas de outras regiões à procura de terras para invadir.

» Já era noite, e seguindo orientações do Coordenador Técnico da FUNAI/CTL de Tocantinópolis (TO), Bruno Aluísio Braga Fragoso, fomos dormir no citado Posto de Vigilância (desativado) da FUNAI, localizado no município de São Bento do Tocantins.

» No dia 08/12/15, terça-feira, pela manhã nos encontramos com o coordenador Bruno Aluísio B. Fragoso e o Técnico Indigenista, Juliano, que vieram acompanhados do pessoal da Companhia de Polícia Rodoviária Ambiental do Tocantins-CIPRA. No acampamento dos Sem Terra, tivemos uma longa conversa

com os líderes do movimento. Durante a conversa ficou acertado com as famílias acampadas, que deveriam sair do local até sexta-feira, dia 11/12/15. E que também deveriam desmontar todos os barracos levantados no local, e levar embora as palhas e madeiras, bem como todos seus pertences.



SERVIDORES DA FUNAI, POLÍCIA MILITAR E A EQUIPE DE MONITORAMENTO NO ACAMPAMENTO DOS SEM TERRA. (FOTO: CARLOS TEPKRUT FERNANDES. DEZ. 2015)



EQUIPE APINAJÉ DURANTE AÇÕES DE MONITORAMENTO DE LOCAIS NO ENTORNO DA ALDEIA COCALINHO. (FOTO: CARLOS TEPKRUT FERNANDES. DEZ. 2015)

» Após a reunião com os líderes dos Sem Terra nos deslocamos para a aldeia Cocalinho que está desativada desde 15 de dezembro de 2007, quando ocorreu um conflito violento na aldeia Buriti Cumprido envolvendo indígenas dessas aldeias e homens fortemente armados vindos das cidades de Cachoeirinha e São Bento do Tocantins. Logo após o conflito as famílias das aldeias Buriti Cumprido, Cocalinho, Palmeiras e Patizal foram removidas pela FUNAI para aldeia São José. Um ano depois as famílias das aldeias Palmeiras e Patizal voltaram, no entanto as aldeias Buriti Cumprido e Cocalinho, localizadas dentro dessa região de conflito continuam desabitadas até hoje.



ASPECTO DA ALDEIA COCALINHO ABANDONADA. (FOTO: CARLOS TEPKRUT FERNANDES. DEZ. 2015)

Cocalinho.

» Quarta-feira, 09/12/15, nesse dia continuaram nossas atividades de monitoramento nessa região. Fomos andar nas redondezas, coletar bacuri, caçar, pescar, marcar presença e fazer rastros nestes locais. Durante todo o dia nossas atividades se concentraram nas redondezas, no entorno da aldeia Cocalinho. À noite acampamos e dormimos novamente naquela aldeia.

» Dia 10/12/15, quinta-feira, no período da manhã, conforme nosso plano de ações; desmontamos o acampamento e seguimos para aldeia Irepxi, durante o trajeto por (celular) telefone o coordenador da FUNAI/CTL de Tocantinópolis (TO), Bruno Aluísio Braga Fragoso ordenou a suspensão das atividades de monitoramento, e pediu para levar a viatura de volta para Tocantinópolis (TO), pois a mesma seria posteriormente levada a Palmas (TO), para conserto e manutenção.

» Nada mais a fazer. Ordem recebida; ordem cumprida. Naquele momento encerramos as atividades e seguimos para as aldeias deixar os indígenas participantes do monitoramento. No final da tarde na cidade entregamos a camioneta na FUNAI/CTL ao coordenador Bruno Aluísio B. Fragoso. A previsão era que o Monitoramento seria concluído em cinco ou seis dias, entretanto em razão das condições da viatura tivemos que encerrar as atividades antes do prazo previsto.

● CONCLUSÃO

» Apesar desses entraves e dificuldades nossas ações de Monitoramento Territorial confirmaram mais uma vez as invasões de não-índios que estão acontecendo nessa parte da área Apinajé localizada nos municípios de São Bento do Tocantins e Cachoeirinha. Desde que as aldeias Cocalinho e Buriti Cumprido foram desativadas, que essa região vem sendo constantemente invadida por não-índios com a finalidade de coletar frutas, tirar lenhas, madeiras, caçar, pescar e colocar gado. A presença de acampamentos de famílias Sem Terra nessa região também é (outro) motivo de preocupação para o povo Apinajé.

» Diante dessa situação entendemos que é necessário nosso povo voltar urgentemente ocupar e morar nessa região que está desabitada e desprotegida; e dessa forma sendo invadida diariamente por não índios das cidades e povoados vizinhos. Avaliamos que essas ações (isoladas) de Fiscalização e Monitoramento em parceria com FUNAI são precárias, tímidas e insuficientes para controlar o território e combater esses ilícitos.

» No momento existe um plano das famílias da aldeia Areia Branca de mudar essa aldeia para região da aldeia Cocalinho. Em julho de 2015 cerca de oito (08) famílias dessa aldeia estiveram por quinze (15) dias na aldeia Cocalinho fazendo reconhecimento de um local para implantação da aldeia. Com recursos do PBA Timbira também fizeram um roçado na aldeia Cocalinho. Logo após as famílias retornarem para aldeia Areia Branca o roçado foi queimado de forma intencional (antes do tempo) por algum (malfeitor) invasor.

» Na região da aldeia Cocalinho (desativada), fizemos visitas e andanças em locais vulneráveis que estão sendo invadidos por caçadores, pescadores, exploradores de madeiras, coletores de bacuri, bacaba, buriti e outros. Durante nossa incursão nos ramais, estradas e locais próximos à aldeia Cocalinho verificamos vestígios e rastros de motos e de pessoas a pé vindas do Veredão e da cidade de São Bento do Tocantins. Esses sinais confirmam as invasões de não índios nessa parte da T.I. Apinajé com a finalidade de coletar frutas, caçar, pescar e roubar madeiras. Nessa noite pernoitamos na aldeia



FAMÍLIAS DA ALDEIA AREIA BRANCA NA ESTRADA TRANSAMAZÔNICA (BR 230) RUMO À ALDEIA COCALINHO. (FOTO: ANTONIO VERÍSSIMO. JUL. DE 2015)



CHEGADA DAS FAMÍLIAS NA ALDEIA COCALINHO. (FOTO: ANTONIO VERÍSSIMO. JUL. 2015)

» Quando a notícia da mudança das famílias da aldeia Areia Branca para o Cocalinho se tornou pública, vários comentários, fofocas e ameaças foram espalhadas de propósito na região com a finalidade de amedrontar e intimidar essas famílias lideradas por Joanita Almeida Apinagé, que é cacique e também matriarca da comunidade.

» Após ser notificada da decisão das famílias da Areia Branca de mudar-se para o Cocalinho, a chefe administrativa do PBI de Tocantinópolis (TO), Cimei Gomes de Sousa também passou a interferir com a finalidade de confundir e atrapalhar o

processo de mudança da aldeia. Na ocasião percebemos que a chefe do PBI de Tocantinópolis (TO), estava inventando dificuldades porque se recusa a recuperar e reativar o Posto de Saúde e as estruturas de SAA existentes naquela aldeia desativada.

» Outro fator que está dificultando a volta das famílias para a região, são as intimidações e ameaças (atribuídas aos parentes das pessoas que foram mortas no conflito ocorrido em 15 de dezembro de 2007) que têm sido espalhadas de forma maldosa em toda a região. Nessa conjuntura desfavorável, sem apoio, garantias e segurança por parte da FUNAI e outros órgãos de segurança pública, as famílias da aldeia Areia

Branca recuaram, no entanto garantem que estão aguardando o momento certo para fazer a mudança definitiva para região do Cocalinho.

» Em setembro de 2015 na VI Assembleia Ordinária da Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxà, os caciques e lideranças elaboraram e assinaram um manifesto (anexo) apoiando o processo de transição e mudança das famílias da Areia Branca para a região do Cocalinho. Os caciques avaliaram que nessa região existem muitas riquezas naturais como frutas, caças, peixes, madeiras e remédios que são de usufruto exclusivo do povo Apinajé. Mas, por ausência de aldeias na região esse patrimônio está sendo roubado, queimado e destruído por invasores não-índios.



PRESENÇA DO ESQUADRÃO DE BRIGADISTAS APINAJÉ NA ALDEIA COCALINHO.
(FOTO: ANTONIO VERÍSSIMO. JUL. 2015)

» Portanto informamos à sociedade, aos órgãos públicos e as entidades parceiras que essas (ou outras) famílias Apinajé em breve retornarão para construir novas aldeias e morar nessa parte do território que se encontra desabitado e invadido. Nestas circunstâncias cobramos e requeremos da União por meio da SESAI, da Secretaria de Educação, da FUNAI, do MPF-AGA, do IBAMA, da Polícia Federal, da Polícia Militar e outros órgãos públicos que acompanhem e prestem (devida) assistência e atendimento à saúde, educação, transporte e segurança; condições básicas para que (nesse momento) nossas famílias possam voltar a morar e ocupar integralmente nosso território já demarcado e regularizado pelo Estado brasileiro desde fevereiro de 1985.

Terra Indígena Apinajé, 25 de dezembro de 2015

Handwritten signature of Carlos Tepkrut Fernandes in blue ink, written over a horizontal line.

Carlos Tepkrut Fernandes

Chefe da Equipe de Monitoramento